

ANEXO II DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

CARGO: ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Língua Portuguesa: Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego das classes de palavras. Emprego do sinal indicativo de crase. Sintaxe da oração e do período. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Significação das palavras.

Raciocínio Lógico: Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação; analogias, inferências, deduções e conclusões. Diagramas lógicos. Princípios de contagem e probabilidade.

Noções de Informática: Conceitos de Informática, hardware e software. Noções de sistema operacional (Windows XP e Windows Seven). Principais aplicativos comerciais para: edição de textos, planilhas, apresentações, geração de material escrito e multimídia (Libre Office e Microsoft Office), navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome ou similares), correio eletrônico (Microsoft Outlook, Mozilla Thunderbird ou similares), grupos de discussão, ferramentas de busca e pesquisa na internet. Conceitos de Internet e Intranet, uso de redes de computadores (utilização de pastas e impressoras compartilhadas), proteção e segurança da informação, malwares e pragas virtuais. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup).

Ética e Direitos Humanos: Conceitos básicos: moral e ética, senso e juízo morais, virtude e caráter, autonomia e responsabilidade; ética e vida pública: natureza da política, instituições públicas, estado e cidadania; cargo público: poder, responsabilidade e prestação de contas públicas (Accountability) - gestão, orientação e controle; cargos de carreira: conduta no serviço público, tipos de regras de conduta e princípios básicos da conduta do servidor público - profissionalismo, decoro e civilidade. Declaração Universal dos Direitos Humanos; Os 10 princípios universais do Pacto Global.

Legislação Aplicável ao Ministério Público do Estado da Bahia: Constituição Federal: Dos princípios fundamentais. Dos direitos e garantias fundamentais. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Dos direitos sociais. Da nacionalidade. Da organização do Estado. Da administração pública. Da organização dos poderes. Das funções essenciais à Justiça; Constituição do Estado da Bahia: Das Funções Essenciais à Justiça e da Segurança Pública. Lei Complementar Estadual nº 11/1996: Disposições Gerais e da Autonomia do Ministério Público. Da Organização do Ministério Público. Da Estrutura do Ministério Público. Dos Órgãos da Administração do Ministério Público. Dos Órgãos de Assessoramento. Das Funções dos Órgãos de Execução. Dos Órgãos Auxiliares. Das garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público; Lei Complementar Estadual nº 17/2002; Lei Complementar Estadual nº 21/2004; Lei Complementar Estadual nº 22/2005, Lei Complementar Estadual nº 24/2006; Noções de Direito Administrativo: Administração pública: princípios básicos. Poderes administrativos: poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder. Serviços Públicos: conceito e princípios. Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação. Contratos Administrativos: conceitos e características. Licitações – Lei nº 9.433/2005. Servidor Público: cargo, função e emprego público. Direitos. Deveres e proibições. Poderes Administrativos; Poderes e deveres do administrador público. Atos de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429/92. Leis Estaduais nºs 12.828/2013, 12.607/2013, 11.617/2009, 10.703/2007, 8.966/2003, e 6.677/1994 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia.

Noções Administrativas: Administração Pública: características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização. Processo organizacional: planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação. Organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Gestão de processos: conceito, representação, planejamento de recursos e avaliação de processos. Gestão de contratos: conceito, características, aplicação e finalidade. Planejamento Estratégico. Noções de processos licitatórios. Administração Financeira e Orçamentária: orçamento público no Brasil - Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. O ciclo orçamentário. Orçamento-programa. Planejamento no orçamento-programa. Conceituação e classificação de receita

pública. Classificação orçamentária de receita pública por categoria econômica no Brasil. Classificação de gastos públicos. Tipos de créditos orçamentários. Atividade Financeira do Estado: conceito, características e finalidades. Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000. Gestão de Pessoas nas Organizações: Conceitos, importância, subsistemas e interrelação com os outros sistemas de organização. A função do órgão de Gestão de Pessoas: objetivos, atribuições básicas, políticas e sistemas de informações gerenciais. Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização, motivação, liderança, desempenho. Competência interpessoal. Gerenciamento de conflitos. Clima e cultura organizacional. Gestão por competências. Administração de Recursos Materiais: conceituação, importância e subsistemas típicos e específicos. Arquivologia: conceitos fundamentais. Gerenciamento da informação e a gestão de documentos: diagnósticos; arquivos correntes e intermediário; protocolos; avaliação de documentos; arquivos permanentes. Tipologias documentais e suportes físicos: microfilmagem; automação; preservação, conservação e restauração de documentos.

CARGO: MOTORISTA

Língua Portuguesa: Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego das classes de palavras. Emprego do sinal indicativo de crase. Sintaxe da oração e do período. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Significação das palavras.

Raciocínio Lógico: Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação; analogias, inferências, deduções e conclusões. Diagramas lógicos. Princípios de contagem e probabilidade.

Ética e Direitos Humanos: Conceitos básicos: moral e ética, senso e juízo morais, virtude e caráter, autonomia e responsabilidade; ética e vida pública: natureza da política, instituições públicas, estado e cidadania; cargo público: poder, responsabilidade e prestação de contas públicas (Accountability) - gestão, orientação e controle; cargos de carreira: conduta no serviço público, tipos de regras de conduta e princípios básicos da conduta do servidor público - profissionalismo, decoro e civilidade. Declaração Universal dos Direitos Humanos; Os 10 princípios universais do Pacto Global.

Geografia: A Representação do Espaço Geográfico: Qualidade e leitura dos mapas: Visões de mundo: a ideologia dos mapas; As projeções cartográficas; Modos de indicar a escala de um mapa; Símbolos convencionais e legendas na elaboração de mapas; Localização de pontos num mapa; Leitura e interpretação de mapas rodoviários; Representação do relevo terrestre; Cartografia do movimento: relação distância x tempo; Localização no Espaço Geográfico: Os paralelos e as latitudes; Os meridianos e as longitudes; Orientação e Coordenadas geográficas; A Bahia no mundo; A Bahia no Brasil e no Nordeste; A Bahia e o seu território - as Mesorregiões Geográficas, segundo o IBGE; A Organização do Espaço Geográfico; Ruas e roteiros de Salvador; Política de transportes no Brasil e na Bahia; Tipos e classificação das rodovias; Principais aspectos da malha rodoviária no âmbito do Estado da Bahia.

Legislação Aplicável ao Ministério Público do Estado da Bahia: Constituição Federal: Dos princípios fundamentais. Dos direitos e garantias fundamentais. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Dos direitos sociais. Da nacionalidade. Da organização do Estado. Da administração pública. Da organização dos poderes. Das funções essenciais à Justiça; Constituição do Estado da Bahia: Das Funções Essenciais à Justiça e da Segurança Pública. Lei Complementar Estadual nº 11/1996: Disposições Gerais e da Autonomia do Ministério Público. Da Organização do Ministério Público. Da Estrutura do Ministério Público. Dos Órgãos da Administração do Ministério Público. Dos Órgãos de Assessoramento. Das Funções dos Órgãos de Execução. Dos Órgãos Auxiliares. Das garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público; Lei Complementar Estadual nº 17/2002; Lei Complementar Estadual nº 21/2004; Lei Complementar Estadual nº 22/2005, Lei Complementar Estadual nº 24/2006; Noções de Direito Administrativo: Administração pública: princípios básicos. Poderes administrativos: poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder. Serviços Públicos: conceito e princípios. Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação. Contratos Administrativos: conceitos e características. Licitações – Lei nº 9.433/2005. Servidor Público: cargo, função e emprego público. Direitos. Deveres e proibições. Poderes Administrativos; Poderes e deveres do administrador público. Atos de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429/92. Leis Estaduais nºs 12.828/2013, 12.607/2013, 11.617/2009, 10.703/2007, 8.966/2003, e 6.677/1994 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia.

Legislação de Trânsito: O Sistema Nacional de Trânsito; Normas Gerais de Circulação e Conduta; Sinalização de Trânsito; Classificação das Vias; Classificação dos Veículos; Registro e Licenciamento de veículos; Habilitação; Infrações, penalidades e medidas administrativas; Crimes de Trânsito; Resoluções do CONTRAN; Anexo I do Código de Trânsito Brasileiro – Conceitos

COMUNS AOS CARGOS DE ANALISTA TÉCNICO

Língua Portuguesa: Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego das classes de palavras. Emprego do sinal indicativo de crase. Sintaxe da oração e do período. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Significação das palavras.

Raciocínio Lógico: Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação; analogias, inferências, deduções e conclusões. Diagramas lógicos. Princípios de contagem e probabilidade.

Noções de Informática: Conceitos de Informática, hardware e software. Noções de sistema operacional (Windows XP e Windows Seven). Principais aplicativos comerciais para: edição de textos, planilhas, apresentações, geração de material escrito e multimídia (Libre Office e Microsoft Office), navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome ou similares), correio eletrônico (Microsoft Outlook, Mozilla Thunderbird ou similares), grupos de discussão, ferramentas de busca e pesquisa na internet. Conceitos de Internet e Intranet, uso de redes de computadores (utilização de pastas e impressoras compartilhadas), proteção e segurança da informação, malwares e pragas virtuais. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup).

Ética e Direitos Humanos: Conceitos básicos: moral e ética, senso e juízo morais, virtude e caráter, autonomia e responsabilidade; ética e vida pública: natureza da política, instituições públicas, estado e cidadania; cargo público: poder, responsabilidade e prestação de contas públicas (Accountability) - gestão, orientação e controle; cargos de carreira: conduta no serviço público, tipos de regras de conduta e princípios básicos da conduta do servidor público - profissionalismo, decoro e civilidade. Declaração Universal dos Direitos Humanos; Os 10 princípios universais do Pacto Global.

Legislação Aplicável ao Ministério Público do Estado da Bahia: Constituição Federal: Dos princípios fundamentais. Dos direitos e garantias fundamentais. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Dos direitos sociais. Da nacionalidade. Da organização do Estado. Da administração pública. Da organização dos poderes. Das funções essenciais à Justiça; Constituição do Estado da Bahia: Das Funções Essenciais à Justiça e da Segurança Pública. Lei Complementar Estadual nº 11/1996: Disposições Gerais e da Autonomia do Ministério Público. Da Organização do Ministério Público. Da Estrutura do Ministério Público. Dos Órgãos da Administração do Ministério Público. Dos Órgãos de Assessoramento. Das Funções dos Órgãos de Execução. Dos Órgãos Auxiliares. Das garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público; Lei Complementar Estadual nº 17/2002; Lei Complementar Estadual nº 21/2004; Lei Complementar Estadual nº 22/2005, Lei Complementar Estadual nº 24/2006; Noções de Direito Administrativo: Administração pública: princípios básicos. Poderes administrativos: poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder. Serviços Públicos: conceito e princípios. Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação. Contratos Administrativos: conceitos e características. Licitações – Lei nº 9.433/2005. Servidor Público: cargo, função e emprego público. Direitos. Deveres e proibições. Poderes Administrativos; Poderes e deveres do administrador público. Atos de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429/92. Leis Estaduais nºs 12.828/2013, 12.607/2013, 11.617/2009, 10.703/2007, 8.966/2003, e 6.677/1994 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia.

Conhecimentos Específicos: O Sistema Nacional de Trânsito; Normas Gerais de Circulação e Conduta; Sinalização de Trânsito; Classificação das Vias; Classificação dos Veículos; Registro e Licenciamento de veículos; Habilitação; Infrações, penalidades e medidas administrativas; Crimes de Trânsito; Resoluções do CONTRAN; Anexo I do Código de Trânsito Brasileiro – Conceitos Básicos; Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro - Sinalização de trânsito; Direção Defensiva e Primeiros Socorros.

CARGO: ANALISTA TÉCNICO: ARQUITETURA

Conhecimentos Específicos: Conceitos fundamentais sobre arquitetura, sociedade e cultura. Projeto de arquitetura: métodos e técnicas de projeto; coordenação modular e coordenação dimensional; programação de necessidades físicas das atividades; estudos de viabilidade técnico-econômica. Implantação e orientação dos edifícios, zoneamento das atividades. Funcionalidade, flexibilidade e adaptabilidade dos edifícios. Estrutura e instalações técnicas dos edifícios (dimensionamento, distribuição e controle). Ergonomia nas edificações: dimensionamento; iluminação, ventilação, orientação e proteção solar, ar condicionado. Processos e sistemas inovadores de construção. Administração de projetos e obras (métodos e técnicas). Avaliação de projetos de construções (arquitetônica, técnica e econômica). Especificação de serviço e materiais. Elaboração de orçamentos de projetos e obras. Acompanhamento e fiscalização de obras. Vistoria e elaboração de pareceres. Princípios de planejamento e de orçamento público. Elaboração de orçamento público. Noções de segurança do trabalho. Informática aplicada à Arquitetura. Urbanismo. Legislação: Lei n.º 10.257, de 10/07/2001 - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências; Lei 12.378/2010 - Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUS e dá outras providências; Norma NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

CARGO: ANALISTA TÉCNICO: URBANISMO E ENGENHARIA

Conhecimentos Específicos: Planejamento, controle e orçamento de obras. Execução de obras civis. Topografia e terraplenagem; locação de obra; sondagens; instalações provisórias. Canteiro de obras; proteção e segurança, depósito e armazenamento de materiais, equipamentos e ferramentas. Fundações. Escoramentos. Estruturas de concreto; formas; armação; Argamassas; Instalações prediais. Alvenarias Revestimentos. Esquadrias. Coberturas. Pisos. Impermeabilização Isolamento térmico. Materiais de construção civil. Aglomerantes – gesso, cal, cimento portland. Agregados. Argamassa. Concreto: dosagem; tecnologia do concreto. Aço. Madeira. Materiais cerâmicos. Vidros. Tintas e vernizes. Recebimento e armazenamento de materiais. Mecânica dos solos. Origem, formação e propriedades dos solos. Índices físicos. Pressões nos solos. Prospecção geotécnica. Permeabilidade dos solos; percolação nos solos. Compactação dos solos; compressibilidade dos solos; adensamento nos solos; estimativa de recalques. Resistência ao cisalhamento dos solos. Empuxos de terra; estruturas de arrimo; estabilidade de taludes; estabilidade das fundações superficiais e estabilidade das fundações profundas. Resistência dos materiais. Deformações. Teoria da elasticidade. Análise de tensões. Flexão simples; flexão composta; torção; cisalhamento e flambagem. Análise estrutural. Esforço normal, esforço cortante, torção e momento fletor. Estudos das estruturas isostáticas (vigas simples, vigas gerber, quadros, arcos e treliças); deformações e deslocamentos em estruturas isostáticas; linhas de influência em estruturas isostáticas; esforços sob ação de carregamento, variação de temperatura e movimentos nos apoios. Estruturas hiperestáticas; métodos dos esforços; método dos deslocamentos; processo de Cross e linhas de influência em estruturas hiperestáticas. Dimensionamento do concreto armado. Estados limites; aderência; ancoragem e emendas em barras de armação. Dimensionamento de seções retangulares sob flexão. Dimensionamento de seções T. Cisalhamento. Dimensionamento de peças de concreto armado submetidas à torção. Dimensionamento de pilares. Detalhamento de armação em concreto armado. Norma NBR 6118 (2003) – Projeto de estruturas de concreto - procedimentos. Instalações prediais. Instalações elétricas. Instalações hidráulicas. Instalações de esgoto. Instalações de telefone e instalações especiais (proteção e vigilância, gás, ar comprimido, vácuo e água quente). Estradas e pavimentos urbanos. Saneamento básico – tratamento de água e esgoto. Noções de barragens e açudes. Hidráulica aplicada e hidrologia. Saúde e segurança ocupacional em canteiro de obra; Norma NR 18 Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (118.0002). Responsabilidade Civil e Criminal em Obras de Engenharia e Conhecimentos legais sobre o enquadramento dos responsáveis referentes aos Art. nº 121 e 132 do Código Penal. Patologia das obras de engenharia civil. Engenharia de avaliações: legislação e normas, laudos de avaliação. Licitações e contratos (Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e Lei Estadual nº 9.433/2005). Qualidade. Qualidade de obras e certificação de empresas; Aproveitamento de resíduos e Sustentabilidade na construção; Inovação tecnológica e Racionalização da construção; Portaria nº 134: Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade na Construção Habitacional - PBQPH, Ministério do Planejamento e Orçamento, de 18/12/1998; Portaria nº 67 SEDU/PR, Sistema de Qualificação de Empresas de serviços e Obras - SiQ, 20/12/2002. Lei nº 6.496/1977 - Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia;

autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional, e dá outras providências; Resolução nº 425, de 18/12/1998 - Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e dá outras providências; Resolução nº 1.002 de 26/11/2002 - Adota o Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia e dá outras providências (novo Código de Ética).

CARGO: ANALISTA TÉCNICO: CONTABILIDADE

Conhecimentos Específicos: I CONTABILIDADE GERAL: Princípios Contábeis Fundamentais (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução CFC nº 750/93, atualizada pela Resolução CFC nº 1.282/2010). Estrutura Patrimonial: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. Contas patrimoniais e de resultado. Sistemas de contas e plano de contas. Demonstrações contábeis de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. Análise das demonstrações contábeis. **II CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO:** Conceituação, objeto e campo de aplicação. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – **NBC TSP 16.1 a 16.10, do Conselho Federal de Contabilidade. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 5a. Edição (Válido para 2013). Manual de Demonstrativos Fiscais - 5ª Edição (válido para 2013).** Sistema de informações de custos no setor público. Principais aspectos das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – NICSP e IPSASB. Interpretação dos princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público – Redação dada pela Resolução CFC 1.367/2011. **III CONTABILIDADE DE CUSTOS:** Custos para avaliação de estoques. Custos para tomada de decisões. Sistemas de custos e informações gerenciais. Estudo da relação custo versus volume versus lucro. **IV CONTABILIDADE AMBIENTAL:** Conceito e objetivos. Ativos e passivos ambientais. Receitas e custos ambientais. Evidenciação contábil dos aspectos ambientais.

CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Controle na Administração Pública. Controle Externo e Interno na Constituição Federal. O julgamento das contas pelos Tribunais de Contas. Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. Lei nº 8.429/92 e alterações (Lei de Improbidade Administrativa). Lei Federal nº 11.494/07 (FUNDEB). Resoluções do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM/BA (e alterações) nº: 222/92; 297/96; 612/02; 627/02; 931/04; 1.060/05; 1.120/05; 1.121/05; 1.122/05; 1.124/05; 1.224/05; 1.225/06; 1.255/07; 1.268/08; 1.276/08; 1.277/08; 1.282/09; 1.303/2011.

MATEMÁTICA FINANCEIRA: Matemática Financeira: regra de três simples e composta, percentagens; Juros simples e compostos: capitalização e desconto; Taxas de juros: nominal, efetiva, equivalentes, real e aparente; Rendas uniformes e variáveis. Cálculo financeiro: custo efetivo de operações de financiamento, empréstimo e investimento. Avaliação de alternativas de investimento. Taxas de retorno, taxa interna de retorno. Capitalização simples e composta.

ORÇAMENTO PÚBLICO: Conceito, evolução, técnicas, instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO, LOA), prazos e ciclo orçamentário. Princípios orçamentários.

Receitas e despesas orçamentárias: conceitos, classificações, estágios. Suprimento de fundos. Despesas de exercícios anteriores. Restos a Pagar. Créditos adicionais. Receitas e Despesas Extraorçamentárias. Dívida Ativa. Licitações e contratos (Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 9.433/2005 e alterações). Lei Complementar nº 101/2000 e Lei nº 4.320/1964 e alterações.

TRIBUTOS: Tributo: Definição e espécies. Repartição das receitas tributárias: receita da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Receitas dos Estados distribuídas aos Municípios. Sonegação Fiscal. Importância dos documentos fiscais. Informações e sigilo fiscal. Forma de tributação das pessoas jurídicas. Imposto de renda das pessoas físicas. Procedimentos de Retenção de Impostos e Contribuições por órgãos da Administração Pública.

NOÇÕES DE PERÍCIA: Perícia: Conceito e aplicações de perícia. Aplicação da perícia nas fases processuais e pré-processuais. Função da perícia no processo judicial e nas investigações cíveis e criminais do Ministério Público. Meios de prova aceitos no processo civil e no processo penal. Perito Oficial e Assistentes Técnicos, conceitos e diferenças. Requisitos pessoais e profissionais para o cargo de Perito. Prazos processuais nos diversos documentos periciais. Perícia e os campos de conhecimentos. Características da prova judicial. Conceitos e diferenças entre exame, vistoria e avaliação. Quesitos impertinentes e impugnação. Planejamento e estratégia em perícia. Consequências do trabalho pericial. Requisição de perícia. Estrutura de um Laudo Pericial. Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC + 13 da Perícia Contábil.

CARGO: ANALISTA TÉCNICO: ADMINISTRATIVO

Conhecimentos Específicos: Administração Pública: Características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização; Processo organizacional: planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação; Organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; organização administrativa da União; Administração direta e indireta; Agências executivas e reguladoras; Gestão de contratos e convênios; Processos licitatórios.

Planejamento Estratégico: métodos e técnicas de elaboração de projetos; papel e perfil do gestor de projetos e programas; fundamentos do gerenciamento de projetos e programas; Plano Plurianual; administração estratégica por meio de projetos; aspectos humanos e comportamentais da gestão de projetos e programas; custos no gerenciamento de projetos públicos; avaliação de projetos públicos e gestão de custos. Indicadores: construção, utilização e monitoramento em planejamento estratégico, gestão por resultado e gerência de processos; cumprimento de metas e melhoria da gestão e avaliação de desempenho institucional.

Gestão de Processos: Amplitude da mudança organizacional; conceito de processos; gestão da organização por processo: macroprocessos e processos; melhoria de processos: metodologia de redesenho, condicionantes, recursos e indicadores; desenho de processo atual; especificação de indicadores para os processos; estruturas organizacionais por processos e em rede; documentação normativa: ferramenta de gestão do conhecimento; gerenciamento da implantação: implantação de processos e análise de viabilidade-viabilização de recursos humanos, financeiros e tecnológicos; preparação do ambiente e treinamento de pessoas; a organização pública e seu contexto estratégico; elementos organizacionais e o modelo de organização e gestão; dimensões da gestão por processos; gestão por processos, abordagem e características dos processos gerenciais de suporte.

Gestão de Materiais, Patrimônio e Serviços: bens imóveis e móveis; incorporação, reavaliação, baixa por alienação ou doação; tipos de inventário; Compra, acompanhamento de cotações e listagem de seus resultados, execução de relatórios gerenciais; Sistema de material, patrimônio e serviços: funcionamento, fluxo de informações, catálogo geral de materiais e serviços, requisição de material, requisição de serviço e banco de preço, cadastro de fornecedores e licitação, contratação (MAS/APS), estoque, registro de preços; Licitação: legislação, conceitos e princípios, comissão de licitação – composição, espécies, competências e responsabilidades, modalidades – concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão, tipos de licitação – menor preço, melhor técnica, técnica e preço, maior lance e oferta, abertura de processo administrativo e julgamento dos documentos de habilitação e das propostas, recursos administrativos e medidas judiciais – impugnação, recursos e mandado de segurança, dispensa e inexigibilidade de licitação, contrato administrativo e edital.

Gestão Financeira e Orçamentária. Orçamento público; Orçamento público no Brasil; Ciclo orçamentário; Orçamento-programa; Planejamento no orçamento-programa; Orçamento na Constituição da República; Conceituação e classificação de receita pública; Classificação orçamentária de receita pública por categoria econômica no Brasil; Classificação de gastos públicos; Tipos de créditos orçamentários; Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000.

CARGO: ANALISTA TÉCNICO: JURÍDICO

Conhecimentos Específicos: DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Constituição: conceito, classificação, objeto e conteúdo. Princípio da supremacia da constituição. Princípio da recepção. Princípio da eficácia imediata das normas constitucionais. Cláusulas pétreas. 2. Normas constitucionais: classificação, interpretação, eficácia e aplicabilidade. 3. Controle de constitucionalidade: sistemas, órgãos e processos. Inconstitucionalidade por ação e por omissão. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação de descumprimento de preceito fundamental. Declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto. 4. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. 6. Direito de nacionalidade. Direitos políticos: aquisição, suspensão, perda e readquirição. Elegibilidade e inelegibilidade. 7. Organização do Estado, Federação e repartição de competências. União: competência. Estado-membro: competência e autonomia. Distrito Federal: competência e autonomia. Lei Orgânica Distrital. As Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas Municipais. Intervenção nos Estados e nos Municípios. 8. Poder Legislativo: estrutura, funcionamento, competências. Processo Legislativo e hierarquia das normas. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Imunidades parlamentares. Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios. Poder Legislativo na Constituição do Estado da Bahia. 9. Poder Executivo: estrutura e competências. Poder Executivo na Constituição do Estado da Bahia. 10. Poder Judiciário: estrutura, funcionamento, competências. Garantias e vedações da magistratura. Lei Orgânica Nacional e Lei de Organização Judiciária Estadual. Poder Judiciário na Constituição do Estado da Bahia. Conselho Nacional de Justiça. 11. Ministério Público: princípios, estrutura, garantias, vedações. Autonomia. Funções institucionais. 12. A defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa e estado de sítio. A segurança pública. 14. Princípios constitucionais do orçamento público. 15. A ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. 16. A ordem social. A seguridade social. A educação e a cultura. A comunicação social. O meio ambiente. 17. Emendas Constitucionais; Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (Lei 9.882/1999), Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade e (Lei 9.868/1999).

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. Função administrativa. 2. Administração pública: sentido objetivo e subjetivo. 3. O regime jurídico-administrativo. 4. Princípios constitucionais da administração pública (expressos e implícitos). 5. Poderes da administração pública: hierárquico, disciplinar, de polícia e normativo. 6. Ato administrativo: caracterização, conceitos, elementos e pressupostos, atributos e classificação. 7. Atos administrativos em espécie: vinculação e discricionariedade administrativa. Revogação. Invalidação. Convalidação. 8. Processo administrativo. Princípios informadores específicos. Espécies. Fases. Lei Estadual nº 12.209/11. 9.

Responsabilidade do Estado. 10. Licitações (Lei Estadual nº 9.433/05 e Lei Federal nº 8.666/93): Modalidades: concorrência, tomada de preços, convite, leilão, concurso e pregão. Procedimentos. Recursos administrativos. Dispensa e Inexigibilidade. 11. Contratos administrativos (Lei Estadual nº 9.433/05 e Lei Federal nº 8.666/93). 12. Convênios. 13. Serviços públicos: Conceito. Princípios. Características. Remuneração. 14. Contrato de concessão de serviços públicos: Conceito. Características. 15. Permissão e autorização de serviço público. 12. Parcerias público-privadas: Modalidades. Características. Peculiaridades da licitação e do contrato. Da sociedade de propósito específico. 13. Restrições administrativas à propriedade privada: Fundamento. Modalidades: limitações administrativas, ocupação temporária, requisição administrativa, tombamento, servidão administrativa, desapropriação. 14. Bens públicos: conceito, regime jurídico, classificação, aquisição, alienação e uso de bens públicos. 15. Administração direta e indireta. Desconcentração e descentralização administrativa. 16. Órgãos públicos. Conceito. Natureza jurídica. Classificação. Administração indireta. Abrangência: autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Dos consórcios públicos 17. Dos entes do terceiro setor: Organizações sociais. Organizações da sociedade civil de interesse público. Serviços sociais autônomos. Entes de apoio. 18. Função pública. Agentes públicos. Agentes políticos, servidores públicos e particulares em atuação colaboradora. Cargo, emprego e função. Direitos e deveres. Remuneração e subsídio. Teto e subteto de retribuição. Responsabilidades administrativa, civil e penal. Regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado da Bahia (Lei Estadual nº 6.677/94). 19. Quadro Permanente de Servidores do MPBA: Leis Estaduais nºs 8.966/2003, 10.703/2007, 11.171/2008, 11.484/09, 11.617/09, 12.214/2011, 12.607/2012 e 12.628/2012. 19. Improbidade Administrativa e Moralidade Pública: Lei Federal nº 8.429/92.

DIREITO CIVIL: 1. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. 1.1 Lei, analogia, costumes, jurisprudência, princípios gerais de direito, equidade e moral. 1.2 Lei. Classificação e hierarquia. Eficácia no tempo: vigência, revogação, repristinação e retroatividade. Conflito das normas jurídicas no tempo. 1.3 Lei. Eficácia no espaço: territorialidade e extraterritorialidade. Noções gerais de Direito Internacional Privado. Conflito das normas jurídicas no espaço. 1.4 Ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada. 1.5 Hermenêutica, interpretação e aplicação do Direito. 2. Teoria geral. 2.1 Pessoa natural. Direitos da personalidade. Noções gerais. Classificação. Características. 2.2. Tutela jurídica. Classificação. 2.3. Pessoa Física e Jurídica. 3. O nome civil, a imagem, a privacidade e a honra. Integridade física. 4. Direitos autorais. Noções gerais. 5. Incapacidade absoluta e relativa. Restrições e limitações de direito. 6. A morte: Morte natural, comoriência e morte presumida, com e sem declaração de ausência. 7. Pessoa jurídica: classificação. Responsabilidade civil e penal da pessoa jurídica. Desconsideração da personalidade jurídica. Teoria da aparência e pessoa jurídica. 8. Empresário: caracterização e inscrição. Sociedades, estabelecimentos e associações. 9. Fundações. Requisitos. Constituição. Insuficiência de bens. Fiscalização. Alteração dos estatutos. Extinção das fundações e destino dos bens. Atuação do Ministério Público. 10. Domicílio civil. Espécies. Pluralidade. Domicílio da pessoa jurídica. Domicílio de eleição. 11. Bens. Classificação geral dos bens. Bem de família. 12. Fato jurídico. Ato jurídico. Negócio jurídico. Conceito. Condições de validade. Consentimento. Boa fé. Ato ilícito. Defeitos dos negócios jurídicos. Erro, dolo, coação, simulação, fraude contra credores, lesão e estado de perigo. 13. Nulidade e anulabilidade dos negócios jurídicos. Consequências. Ratificação. 14. Decadência. Prescrição. Causas que impedem, suspendem e interrompem a prescrição. Prazos. 15. Atos ilícitos. Responsabilidade subjetiva, objetiva, contratual e extracontratual. Teoria do risco. Responsabilidade civil do Estado. Dano patrimonial e extrapatrimonial. Extensão do dano. O dano coletivo, moral e material. 16. Direitos reais. 16.1 Posse. Classificação. Aquisição. Perda. Efeitos. Proteção possessória. 16.2. Propriedade. Conceito. Propriedade imóvel: aquisição e perda. Usucapião. Conceito. Natureza. Extensão e espécies. 17. Usufruto. Uso. Habitação. Superfície. Servidão. Hipoteca. Alienação Fiduciária em garantia. 18. Desapropriação. 19. Direito de Família. Princípios constitucionais do Direito de Família. Famílias simultâneas, famílias reconstituídas, famílias monoparentais. 19.1 Casamento. Nulidades. Impedimentos. Efeitos jurídicos. Causas suspensivas. Efeitos jurídicos. Regimes de bens. União estável. Uniões de pessoas do mesmo sexo. Outros modelos familiares. 19.2 Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Formas e consequências. Proteção da pessoa dos filhos. Dissolução do casamento em juízo e em cartório. 19.3 Relação de parentesco. 19.4 Adoção. Conceitos. Requisitos. Efeitos. 20. Alimentos. 20.1. Lei nº. 5.478/68. 21. Investigação de paternidade. 22. Tutela e curatela. 23. Direito das Sucessões. 23.1 Sucessão. Disposições gerais. Herança. Transmissão da herança. Aceitação e renúncia da herança. Incapacidade sucessória. Indignidade e deserdação. 23.2 Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão do descendente e do ascendente. Sucessão do cônjuge e do companheiro. Sucessão do colateral. 23.3 Sucessão testamentária. Testamento. Formas ordinárias. Capacidade para testar. Disposições testamentárias. Cláusulas restritivas: inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade. Legados. Direito de acrescer. Substituições. Deserdação. 23.4 Inventários, arrolamento e partilha. Sonogados. Colações. Pagamento das dívidas. Garantia dos quinhões. Hereditários. 23.5 Nulidade da partilha. Sobrepilha. 23.6 Inventário extrajudicial. 24. Lei de Registros Públicos (Lei nº. 6.015/73). 24.1 Registro de imóveis. Noções gerais. Registros. Presunção de fé pública. Prioridade. Especialidade. Legalidade. Continuidade. Transcrição, inscrição e averbação. Procedimento de dúvida. 24.2 Registro Civil das Pessoas Naturais. Retificação, anulação, suprimento e restauração do registro civil. 24.3. Registro civil das pessoas jurídicas. Registro de títulos e Documentos. Finalidade. Registros facultativos e obrigatórios.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1. Lei processual. Interpretação das leis processuais. 2. Princípios informativos do Direito Processual. 3. Jurisdição. Conceito. Características. Escopos. Jurisdição voluntária. 4. Ação. Conceito. Condições. Classificação. 5. Competência. 5.1. Conceito. 5.2 Territorial (em razão do valor, da matéria e funcional). 5.3 Modificações. 5.4 Conflitos. 6. Sujeitos do processo. Juiz. Partes. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Ministério Público (parte e *custos legis*). 7. Regras e hipóteses de intervenção do Ministério Público no processo civil. 8. Atos processuais. Conceito. Classificação. Forma. Tempo e lugar. Prazos. Comunicações dos atos. Nulidades. Distribuição e registro. Valor da causa. 9. Processo. 9.1 Processo e procedimento. 9.2 Natureza. Formação, suspensão e extinção do processo. 9.3 Pressupostos processuais. 9.4 Tutela antecipada. Tutela específica. Tutela antecipada contra a Fazenda Pública. 10. Tipos de procedimento. Ordinário. Sumário e especiais. Sumaríssimo (Lei nº 9.099/95). 10. Petição inicial. Conceito. Requisitos. Emenda e aditamento - cabimento e distinção. Indeferimento. Recurso cabível. 11. Citação. Conceito. Espécies. Efeitos. Intimações. 12. Resposta do réu. Conceito. 12.1 Exceções. 12.2 Contestação. 12.3 Reconvencção. Pedido contraposto. 12.4. Revelia. 13. Providências preliminares. 14. Ação declaratória incidental. 15. Extinção do processo. 16. Julgamento conforme o estado do processo. 17. Julgamento antecipado da lide. Audiência preliminar. Saneamento. 18. Prova. Conceito. Objeto. Ônus. Procedimento. Apreciação. 19. Espécies. Provas típicas e atípicas. Depoimento pessoal. Confissão. Exibição de documento ou coisa. Documental. Testemunhal. Pericial. Inspeção judicial. 18. Audiência de conciliação, instrução e julgamento. 20. Sentença: conceito e natureza. Classificação. Estrutura lógica. Requisitos. Efeitos principais e secundários. Vícios e correção. Publicação e intimação. 21. Recurso. Conceito e fundamento. Natureza jurídica. Efeitos. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito. 22. Recursos em espécie: Apelação. Agravo. Recursos especial e extraordinário. 23. Uniformização de jurisprudência. 24. Sentenças sujeitas ao duplo grau obrigatório de jurisdição. 25. Coisa julgada. Conceito. Preclusão. Características. Efeitos. Natureza política. Coisa julgada formal e material. Limites objetivos e subjetivos. 25. Execução de prestação alimentícia. 26. Execução contra a Fazenda Pública. 27. Execução nas ações coletivas. 28. Cautelar de Separação de corpos. 29. Assistência judiciária (Lei nº. 1.060/50). 38. Juizados Especiais Cíveis (Lei n. 9.099/95 e 10. 2590/2001). 30. Mandado de segurança individual. 31. Mandado de segurança coletivo. 32. Mandado de Injunção. 33. *Habeas data*. 34. Ação popular. 35. Ação civil pública. 36. Fazenda Pública em Juízo: peculiaridades, privilégios.

DIREITO PENAL: 1. Direito Penal. Conceito. Princípios. Função. Limites e características. Direito Penal comum e especial. Fontes e interpretação da norma penal. 2. Garantias penais fundamentais da Constituição Federal. 3. Norma penal. Conceito e classificação. Norma penal em branco. Destinatários da norma penal. Analogia. 4. Princípio da reserva legal. Fundamento jurídico e alcance do princípio. 5. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Contagem dos prazos. Prazos da parte geral do Código Penal e da legislação especial. 6. Teoria do crime. Conceito de crime. Características. 7. Teoria da ação. Classificação. Causas que excluem a ação. 8. Teoria do tipo. Classificação. Elementos e estrutura do tipo. Funções do tipo. Tipos abertos e fechados. Tipicidade. 9. Conflito aparente de normas. Objeto do crime. Bem jurídico. Sujeito ativo e passivo. 10. Dolo. Conceito. Teorias. Elementos do dolo. Espécies e outros elementos subjetivos. 11. Erro de tipo. Conceito. Erro de tipo permissivo. Erro de tipo escusável e inescusável. Crime culposos. Erro acidental. Erro provocado por terceiro. Erro sobre o objeto. Erro na execução. Resultado diverso do pretendido. Erro e relação de causalidade. 12. Antijuridicidade. Conceito. Formas. Causas de justificação. Os excessos. Consentimento do ofendido. Teoria da adequação social e o princípio da insignificância. 13. Princípio da culpabilidade. Responsabilidade objetiva. Crimes qualificados pelo resultado. Crime preterdoloso. 14. Culpabilidade. Teorias. Conceito. Elementos. 15. Imputabilidade. Conceito. Causas de exclusão. Imputabilidade diminuída. Imputação objetiva. Embriaguez. *Actio libera in causa*. Emoção e paixão. 16. Consciência da ilicitude. Conceitos e teorias. Erro e proibição. Conceito e formas. Distinção entre erro de proibição e erro de tipo. Erro de proibição evitável e erro de proibição inevitável. 17. Exigibilidade de comportamento conforme o direito. Princípios gerais. Coação moral irresistível. Obediência hierárquica. 18. Estrutura do crime culposos. Princípio da confiança. 19. Estrutura do crime omissivo. Crime omissivo simples. Crime omissivo qualificado. Tipo subjetivo nos crimes omissivos. 20. Tentativa. Conceito. Natureza e elementos. Crime tentado, crime consumado e exaurimento. Formas de tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Crime impossível e delito putativo. Arrependimento posterior. 21. Concurso de pessoas. Concurso necessário e concurso eventual. Autoria e participação. Autoria mediata e autoria colateral. Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis. Natureza jurídica do concurso e da participação. Participação através de ação neutra. Da cooperação dolosamente distinta. Punibilidade. 22. Teoria da pena. Espécies. Fundamentos, fins e conceito da pena. Classificação das penas. Penas privativas de liberdade e restritivas de direito. Pena de multa. Regimes. Detração penal. Medidas de segurança. 23. Aplicação da pena. Técnica de fixação da sanção penal. Circunstâncias judiciais. Conceito e classificação. *Sursis*. 24. Concurso de crimes. Concurso material, concurso formal e crime continuado. 25. Condições objetivas de punibilidade e condições de procedibilidade. Escusas absolutórias. 26. Extinção da punibilidade. Conceito. Momento da ocorrência e efeitos da sua extinção. 27. Ação penal. Espécies. Crime complexo. 28. Prescrição. Espécies. Prazos. Características. 29. Perdão judicial. Conceito. Natureza jurídica. 30. Crimes contra a pessoa. 31. Crimes contra o patrimônio. 32. Crimes contra a dignidade sexual. 33. Crimes contra a família. Lei nº 9.263/96. 34. Crimes de perigo comum e contra a saúde pública. Lei nº 9.677/98. 35. Crimes contra a paz pública. 36. Falsidade de títulos e outros papéis públicos, falsidade documental e outras falsidades. 37. Crimes contra a

administração pública. Lei nº 9.983/00. Lei nº 10.028/00. 38. Lei Antidrogas. Lei 11.343/2006. 39. Abuso de autoridade. Lei nº 4.898/65. Lei nº 5.249/67. 40. Infrações penais eleitorais. Lei nº 4.737/65. Lei nº 6.091/74. Lei Complementar nº 64/90. Lei nº 8.713/93. Lei nº 9.100/95. Lei nº 9.504/97. Lei nº 9.840/99. Crimes praticados contra a criança e o adolescente. Lei nº 9.975/00. Lei nº 2.252/54. 42. Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. Crimes contra a economia popular. Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90). Lei nº 1.521/51. Lei nº 8.137/90. Lei nº 8.176/91. Lei nº 8.884/94. Lei nº 9.249/95. Lei nº 9.430/96. Lei nº 9.613/98. Lei nº 10.684/03. 43. Licitação. Lei nº 8.666/93. Parcelamento do solo urbano. Lei nº 6.766/79. 44. Crimes falimentares. Lei nº 11.101/95. 45. Crimes de responsabilidade dos prefeitos. Decreto-Lei nº 201/67. Lei nº 10.028/00. 46. Crimes contra as pessoas portadoras de deficiência. Lei nº 7.853/89. 47. Crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Lei nº 7.716/89. Lei nº 9.459/97. 48. Crime Organizado. Lei nº 9.034/95. Lei nº 9.303/96. 49. Estatuto de Desarmamento. Lei nº 10.826/03. Decreto nº 5.123/2004. 50. Tortura. Lei nº 9.455/97. 51. Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 9.503/97. 52. Meio Ambiente. Lei nº 5.197/67. Lei nº 7.347/85. Lei nº 9.605/98. 53. Crimes hediondos. Lei nº 8.072/90. 54. Contravenções penais. Decreto-Lei nº 3.688/41. 55. Estatuto do Idoso. Lei nº 10.741/03. 56. Crimes Militares. Decreto-Lei nº 1.001/69. 57. Crimes de Lavagem de Dinheiro. Lei nº 9.613/98. 58. Disposições Penais da Lei nº 8.429/92. Execução Penal. Direitos e Deveres do Sentenciado. Objeto e Aplicação da Lei Penal. Livramento Condicional. Reabilitação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1. Direito Processual Penal. Princípios, regras e postulados constitucionais. Garantias constitucionais do Processo Penal. Sistemas processuais penais. O devido processo legal. A Constituição Federal e o processo penal brasileiro. 2. A norma processual penal: conceito, classes e características. A aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço. Interpretação da lei processual penal. Fontes do Direito Processual Penal. 3. Sistemas de investigação criminal: sujeitos, objeto e atos. O contraditório e a ampla defesa na investigação criminal. 4. A investigação criminal e o Ministério Público. 5. Inquérito Policial: conceito, características, natureza jurídica e espécies. O início do inquérito policial. As diligências policiais. O sigilo e a incomunicabilidade do indiciado. O trancamento do inquérito policial. Arquivamento e desarquivamento. O valor probatório dos atos investigatórios e dos elementos colhidos na fase investigatória. Vícios e nulidades no inquérito policial. Indiciamento. Prazo para encerramento. Relatório final. A fase policial nas infrações penais de menor potencial ofensivo. As atribuições da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Polícia Federal. A identificação criminal. O controle externo da atividade policial. 6. Ação penal: conceito, natureza jurídica e classificações. O fundamento constitucional. 7. Ação penal pública e ação penal de iniciativa privada. Conceito, legitimidade, espécies e princípios. A representação do ofendido e a requisição do Ministro da Justiça. A denúncia: conceito, requisitos, prazo, aditamento. A imputação alternativa. A denúncia genérica. A queixa: requisitos, titulares e prazo. A intervenção do Ministério Público na ação penal de iniciativa privada. Renúncia, perdão, perempção e decadência. A ação penal nos crimes contra os costumes, no crime complexo, nos crimes contra a honra e nos crimes contra a propriedade imaterial. Condições da ação e pressupostos processuais. O recebimento e a rejeição da peça acusatória. A ação penal originária. 8. Ação civil *ex delicto*. A vítima no processo penal. O princípio da intranscendência. A legitimidade do Ministério Público. 9. Jurisdição: conceito, características, princípios, formas, objeto. Órgãos. 9. Competência penal: conceito. Critérios determinadores e causas modificadoras da competência de foro e do juízo. 10. A conexão e a continência. 11. O desaforamento. A *perpetuatio jurisdictionis*. Crimes contra a honra e a exceção da verdade na competência por prerrogativa de função. As disposições especiais. A competência funcional. Conflitos de competência e de atribuição. 12. Questões e processos incidentes. Questões prejudiciais. Exceções. Incompatibilidade, impedimento e suspeição. Incidente de falsidade. Medidas assecuratórias. Restituição de coisas apreendidas. O incidente de insanidade mental do acusado. 13. A relação jurídica processual penal: finalidade, natureza jurídica, características, conteúdo, objeto, início, suspensão e fim. 14. Sujeitos e partes do processo. A substituição processual. 15. O Juiz e os Tribunais. O Juiz e o sistema acusatório. 16. Capacidade processual. Legitimidade. 17. O Ministério Público e o assistente. 18. Acusado, defensor e curador. 19. Da prova: conceito, objetivo, objeto, fontes e elementos. Classificação e princípios. Os meios de prova em espécie previstos no Código de Processo Penal e em leis extravagantes. 20. O ônus da prova no processo penal. A prova emprestada. 21. Provas admissíveis e provas proibidas. Provas direta e indireta. Sistemas de apreciação ou avaliação das provas. O princípio do livre convencimento. A iniciativa instrutória do Juiz de Direito. 22. As medidas cautelares no processo penal. Pressupostos e requisitos. O princípio da proporcionalidade e o da razoabilidade. 23. A prisão provisória: conceito e espécies. A prisão provisória e a Constituição Federal. O princípio da presunção de inocência. 24. A liberdade provisória: conceito e espécies. Relaxamento e revogação da prisão: distinção. A liberdade provisória e a Constituição Federal. 16. Atos processuais: conceito, classificação, forma, tempo, lugar, prazos. Preclusão. Atos das partes, do Juiz, dos auxiliares da Justiça e de terceiros. Atos simples, complexos e compostos. Atos de comunicação processual: espécies e formas. A revelia no processo penal. Atos de cooperação internacional. A utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais. 25. Procedimento Comum: ordinário, sumário e sumariíssimo. O procedimento para os crimes dolosos contra a vida e conexos. Os procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal e em leis extravagantes. *Emendatio libelli e mutatio libelli*. A suspensão condicional do processo. 26. Os Juizados Especiais Criminais: a Lei nº. 9.099/95 e a Lei nº. 10.259/01. 27.

Sentença penal: conceito, natureza jurídica, função, divisão, tipos, requisitos, classificações, princípios. A aplicação da pena. Coisa julgada: conceito, natureza jurídica, fundamentos e limites subjetivos e objetivos. A sentença condenatória. O direito de apelar em liberdade. A sentença absolutória. Publicação da sentença. Os efeitos penais e civis da sentença penal. 21. Nulidades: conceito, classificações e sistema legal. Princípios. As nulidades previstas no Código de Processo Penal. Nulidades absoluta e relativa. A anulabilidade. As irregularidades. A inexistência jurídica. A atipicidade constitucional. Arguição, saneamento e efeitos. Prazos. 22. Recursos: conceito, natureza jurídica, princípios gerais e específicos, classificações, efeitos e extinção. O direito intertemporal. *Reformatio in pejus* e *reformatio in melius*. O duplo grau de jurisdição. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Recursos em espécie previstos no Código de Processo Penal e em leis extravagantes. 23. Os recursos constitucionais. A correição parcial e a reclamação constitucional. 24. As ações autônomas de impugnação: Habeas Corpus. Revisão criminal. Mandado de segurança em matéria criminal. 25. Execução Penal: execução das penas e das medidas de segurança. Execução provisória. Do condenado e do internado. Disciplina. Direitos e deveres. Faltas disciplinares. Procedimentos administrativos. Órgãos da execução penal. Estabelecimentos penais. Incidentes da execução. Procedimento judicial e recursos. A natureza jurídica da execução penal. A relação processual penal na execução penal. A jurisdicionalização da execução penal. O contraditório e a ampla defesa na execução penal. O regime disciplinar diferenciado. O uso das algemas. O agravo em execução. 26. Aspectos Processuais e Procedimentais das seguintes leis: 26.1 A Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº. 4.898/65 c/c Lei nº. 5.249/67). 26.2 O Código Eleitoral (Lei nº. 4.737/65). 26.3 A Lei dos Crimes Contra a Economia Popular (Lei nº. 1.521/51). 26.4 A Lei sobre o Sigilo das Operações de Instituições Financeiras (Lei Complementar 105/01). 26.5 A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº. 35/79). 26.6 A Lei de Imprensa (Lei nº. 5.250/67). 26.7 A Lei de Drogas (Lei nº.11.343/06). 26.8 A Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/06). 26.9 A Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº. 8.072/90). 26.10 A Lei sobre as Organizações Criminosas (Lei nº. 9.034/95). 26.11 A Lei de Interceptações Telefônicas (Lei nº. 9.296/96). 26.12 A Lei de Tortura (Lei nº. 9.455/97). 26.13 O Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº. 9.503/97). 24.14 A Lei do Meio Ambiente (Lei nº. 9.605/98). 26.15 A Lei de Lavagem de Capitais (Lei nº. 9.613/98). 26.16 A Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Lei nº. 9.807/99). 26.17 A Lei de Proteção da Propriedade Intelectual de Programa de Computador (Lei nº. 9.609/98). 26.18 A Lei de Licitações (Lei nº. 8.666/93). 26.19 Estatuto do Desarmamento (Lei nº. 10.826/03). 26.20 Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90). 26.21 A Lei de Preconceito de Raça ou de Cor (Lei nº. 7.716/89). 26.22 A Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº. 7.492/86). 27. Os Enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do (antigo) Tribunal Federal de Recursos.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL: 1. O Ministério Público nas Constituições Federal e do Estado da Bahia. 2. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal nº 8.625/93): disposições gerais, organização do Ministério Público, órgãos de administração, funções dos órgãos de execução, órgãos auxiliares, deveres e vedações dos membros do Ministério Público, vencimentos, vantagens e direitos, carreira e disposições finais transitórias. 3. Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Bahia (Lei Complementar Estadual nº 11/96, com redação modificada por posteriores Leis Complementares Estaduais). 4. Organização, atribuições e estatuto do Ministério Público da União (Lei Complementar nº 75/93): normas de aplicação subsidiária no âmbito dos Ministérios Públicos Estaduais. 5. Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia (Lei Estadual nº 10.845/07): divisão judiciária, órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Justiça, Justiça de primeiro grau, organização, classificação, deveres e atribuições dos serviços auxiliares da Justiça.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS: GENERALIDADES: 1. Lei nº 7.347/85. 2. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Normas relativas à tutela dos direitos transindividuais na Constituição Federal, na Lei Complementar Estadual nº 11/96, na Lei nº 8.625/93 e na Lei Complementar Federal nº 75/93. 3. Inquérito civil: instauração, instrução, arquivamento e homologação, controle de legalidade e nulidades, procedimentos análogos. Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público. 4. Notificação, requisição, recomendação e audiência pública. 5. Termo de Ajustamento de Conduta: ajustamento de conduta, natureza jurídica, requisitos, legitimados, efeitos, vedações, execução. Ação Civil Pública.

DIREITO AMBIENTAL: 1. Conceitos de meio ambiente e de Direito Ambiental. 2. Princípios de Direito Ambiental. 3. Repartição constitucional das competências em matéria ambiental. Normas de proteção ao meio ambiente na Constituição Federal. 5. Lei nº 6.938/81. Política Nacional do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento ambiental: competência (Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 237/97), EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto no Meio Ambiente) e avaliações de impacto ambiental. Zoneamento ambiental. 6. Dano Ambiental. Responsabilidade pelo dano ambiental. Responsabilidade: civil, administrativa e penal. 7. Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012). 8. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12305/10 e Lei nº 9.605/98). 9. Procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária (Resolução CONAMA Nº 458/2013).

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: 1. Normas de proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes na Constituição Federal. 2. Lei nº 8.069/90. 3. Princípios e direitos fundamentais. 4. Convivência familiar e comunitária, família natural e substituta,

guarda, tutela, adoção. 5. Prevenção. 6. Política de atendimento: linhas de ação e diretrizes, Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho tutelar, fundos, entidades de atendimento. 7. Medidas de proteção. 8. Medidas pertinentes aos pais e responsáveis. 9. Inimputabilidade penal, prática de ato infracional, conceito de ato infracional, direitos individuais e garantias processuais dos adolescentes, medidas sócio-educativas, remissão, representação, ação sócio-educativa. 10. Justiça da Infância e Juventude, autoridade judiciária e sua competência, serviços auxiliares. 11. Procedimentos: perda e suspensão do poder familiar, destituição da tutela, colocação em família substituta, apuração de ato infracional atribuído a adolescente, apuração de irregularidades em entidade de atendimento, apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente. 12. Recursos. 13. Atribuições do Ministério Público. 14. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos. 16. Infrações administrativas.

DIREITO DO CONSUMIDOR: 1. Lei nº 8.078/90 e Decreto nº 2.181/97. 2. Fontes constitucionais do Direito do Consumidor. 3. Sujeitos e objetos da Relação Jurídica de Consumo. 4. Princiologia do Código de Defesa do Consumidor. 5. Política Nacional de relações de consumo. 6. Direitos básicos do consumidor. 7. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos aos consumidores. 8. Proteção à saúde e segurança do consumidor. 9. Responsabilidade civil nas relações de consumo: fato e vício do produto e do serviço. 10. Decadência e prescrição nas relações de consumo. 11. Desconsideração da personalidade jurídica. 12. Práticas comerciais. Oferta. Publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Bancos de dados e cadastros de consumidores. 13. Proteção contratual do consumidor. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. 14. Teoria da imprevisão. Revisão de cláusulas contratuais. 15. Outorga de crédito e concessão de financiamento. 16. Defesa do consumidor em juízo. Defesa coletiva. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Legitimação. Competência. Litispendência. Coisa julgada. Execução. Tutela individual do consumidor. 17. Funções do Ministério Público no Código de Defesa do Consumidor.

DIREITO À SAÚDE: 1. Normas relativas ao direito à saúde na Constituição Federal. 2. Lei nº 8.080/90. 2. Lei nº 8.142/90.

PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL: 1. Normas de proteção ao patrimônio histórico e cultural na Constituição Federal e na Constituição do Estado da Bahia. 2. Decreto-Lei nº 25/37. 2. Decreto nº 3.551/00. 3. Lei Estadual nº 3.660/78. 4. Lei nº 11.645/08.

PROTEÇÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: 1. Lei nº 7.853/89 - Política Nacional do Deficiente Físico. 2. Decreto nº 3.298/99 - regulamenta a Lei nº 7.853/89. 3. Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica de Assistência Social. 4. Convenção Interamericana para Eliminação de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiências, promulgada pelo Decreto nº 3.956/01. 5. Lei nº 10.098/00.

PROTEÇÃO AO IDOSO: 1. Lei nº 8.842/94 - Política Nacional do Idoso. 2. Decreto nº 1.948/96 - regulamenta a Lei nº 8.842/94. 3. Lei nº 10.741/03 - Estatuto do Idoso.

DIREITO À EDUCAÇÃO: 1. Normas sobre o direito à educação na Constituição Federal. 2. Lei nº 9.394/96. 3. Lei nº 10.172/01. 4. Lei nº 11.494/07. Lei n.11.465/08.

DIREITOS HUMANOS E COMBATE AO RACISMO: 1. Convenções internacionais e disposições constitucionais. 2. Lei n.7.716/89. 3. Constituição do Estado da Bahia. 4. Lei n.11.465/08. Ações Afirmativas.

DIREITO ELEITORAL: 1. Justiça Eleitoral: órgãos e composição, competência. 2. Ministério Público na jurisdição eleitoral: órgãos, atribuições e funções. Ministério Público Estadual e Justiça Eleitoral. 3. Partidos políticos. Lei nº 9.096/95. 4. Plebiscito e referendo. 5. Código Eleitoral - Lei nº 4.737/65. 6. Eleições - Lei nº 9.504/97. 7. Alistamento e garantias eleitorais. Transporte e alimentação de eleitores. 8. Propaganda partidária e propaganda eleitoral. Pressupostos de igualdade e controle. Direito de resposta. 9. Condições de elegibilidade. Incompatibilidades e Inelegibilidades. Lei Complementar nº 64/90. 10. Impugnação de registro de candidatos. 11. Instalação de mesa receptora. Votação. Votos em separado. Impugnações e recursos. Encerramento. 12. Junta apuradora. Funcionamento, abertura de urna, impugnações e recursos. 13. Recursos eleitorais. 14. Diplomação. Recurso contra a diplomação. 15. Uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade. Utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social. Investigação judicial eleitoral. Impugnação de mandato eletivo. 16. Crimes eleitorais. Processo penal eleitoral.

CARGO: ANALISTA TÉCNICO: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Conhecimentos Específicos: Evolução; Ecologia geral: ecologia de populações e comunidades; Ecologia de paisagens; biomas e ecossistemas baianos; Características, importância e situação atual de conservação dos ecossistemas baianos; Teoria e práticas em biologia da conservação; Noções de manejo florestal; Noções de manejo de fauna silvestre. Botânica: taxonomia vegetal; noções de fitossociologia; metodologias de amostragem da flora; identificação anatômica de madeiras; ecofisiologia vegetal das espécies da Bahia; espécies madeireiras com restrição de corte no Estado da Bahia. Botânica econômica aplicada à produção de alimentos, à indústria de energia e de celulose. Espécies da flora brasileira de uso econômico e tradicional. Espécies exóticas invasoras no Brasil e na Bahia; Zoologia: Classificação taxonômica da fauna silvestre brasileira; identificação e classificação taxonômica da fauna silvestre do Estado da Bahia; manejo da fauna silvestre do Estado da Bahia *in situ* e *ex situ*; espécies ameaçadas da fauna do Estado da Bahia; metodologias para amostragem da fauna. Ictiofauna: ecologia; impactos sobre ictiofauna decorrentes da implantação de barragens, da

pesca predatória e da contaminação por agentes químicos. Limnologia: gênese dos ecossistemas lacustres; propriedades físicas e químicas da água; elementos-traços; ecologia de ambientes lóticos e lênticos; bacterioplâncton; comunidades aquáticas: fitoplanctônica, perifítica, macrófitas aquáticas, zooplânctônica, bentônica, peixes; eutrofização artificial; recuperação de ecossistemas lacustres. Poluição Ambiental: avaliação de dano e impacto ambiental; aspectos e impactos ambientais relacionados às atividades da agroindústria, das indústrias petroquímica, energética e portuária; princípios e técnicas de caracterização e monitoramento ambiental; técnicas de coleta e preparo de amostras biológicas, de solo, ar e água; biomonitoramento passivo e ativo; espécies bioindicadoras; gerenciamento de áreas impactadas: investigação e caracterização de áreas impactadas; conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas; noções de valoração econômica de danos ambientais; ecotoxicologia, biomarcadores e noções de avaliação de risco ecológico; restauração ecológica e recuperação de áreas degradadas; noções de bio e fitorremediação de áreas contaminadas por metais, compostos reduzidos de enxofre e hidrocarbonetos; Monitoramento de Impactos Ambientais: bioestatística; noções de geologia; noções de pedologia: principais domínios pedológicos do Estado da Bahia; noções de química geral e ambiental; noções de Hidrogeologia; noções de geografia, cartografia, georreferenciamento e sensoriamento remoto; noções de Hidrologia; noções de oceanografia, meteorologia e climatologia. Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade da Bahia: Lei Estadual nº 10.431/2006, e suas alterações e o Decreto Estadual nº 11.235/2008. 2.3 A Política Estadual de Recursos Hídricos: Lei Estadual nº 11.612/2009 e suas alterações. Legislação Ambiental: Leis Federais nº 6.938/1981 e suas alterações, nº 9.605/1998, nº 9.985/2000, Lei 11.428/2006, nº 12.305/2010, nº 12.651/2012; Decretos Federais nº 6660/2008, nº 7404/2010. Resoluções CONAMA nº 01/1986 e suas alterações, nº 05/1994, nº 237/1997, nº 303/2002, nº 357/2005, nº 358/2005, nº 369/2006, nº 396/2008, nº 420/2009, nº 430/2011 e nº 454/2012.

CARGO: ANALISTA TÉCNICO: ENGENHARIA AMBIENTAL

Conhecimentos Específicos: Emissões atmosféricas e mudanças climáticas: características físicas e químicas da atmosfera; Qualidade do ar: Conceitos e padrões; Poluição atmosférica e características dos principais poluentes atmosféricos; Tecnologias de controle e redução de emissões; Aquecimento Global; Mecanismo de desenvolvimento limpo – MDL: categorias, etapas e tipos de projeto. Recursos hídricos e efluentes líquidos: Abastecimento e tratamento de água; Qualidade da água: parâmetros de qualidade e padrões de potabilidade; Poluição hídrica por compostos orgânicos, por nutrientes, por metais, por hidrocarbonetos, por microorganismos patogênicos e térmica; Legislação: classificação dos corpos d'água superficiais e descarga de efluentes em corpos receptores; Gestão, processos e tecnologias de tratamento de efluentes líquidos industriais para descarte e/ou reuso: processos físicos, químicos e biológicos. Resíduos sólidos e contaminação de solos e águas subterrâneas: Qualidade do solo e da água subterrânea; Gerenciamento interno de resíduos: caracterização, inventário, coleta, acondicionamento, armazenamento, licenciamento e métodos de aproveitamento; Gerenciamento externo: transporte, tratamento e disposição; Tecnologias de tratamento e disposição final de resíduos sólidos; Noções sobre tecnologias de remediação de solos e águas subterrâneas. Poluição Ambiental: Avaliação de dano e impacto ambiental; Aspectos e impactos ambientais relacionados às atividades da agroindústria, das indústrias petroquímica, energética e portuária; Princípios e técnicas de caracterização e monitoramento ambiental; Técnicas de coleta e preparo de amostras biológicas, de solo, ar e água; Biomonitoramento passivo e ativo; Espécies bioindicadoras; Gerenciamento de Áreas Impactadas: investigação e caracterização de áreas impactadas; Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas; Noções de valoração econômica de danos ambientais; Ecotoxicologia, biomarcadores e noções de avaliação de risco ecológico; Restauração ecológica e recuperação de áreas degradadas; Noções de remediação de áreas contaminadas por metais, compostos reduzidos de enxofre e hidrocarbonetos; Objetivos da avaliação de impacto ambiental (AIA). Principais etapas do processo de AIA no Brasil. Estudos e ferramentas para avaliação de impactos ambientais. Previsão e indicadores de impactos. Gestão ambiental: Estrutura e conteúdo do Plano de Gestão Ambiental. Medidas mitigadoras e compensatórias. Análise e prevenção de riscos. Plano de monitoramento. Auditoria e perícia ambiental. Prevenção e controle de risco em máquinas, equipamentos e instalações. Conceito e classificação dos riscos ocupacionais – agentes físicos, químicos e biológicos. Ruídos e vibrações. Medidas de controle dos riscos ocupacionais. Programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA). Fundamentos de Ecologia: Ecossistemas: Conceitos, estrutura, classificação, tipos de ecossistemas baianos; Ciclos biogeoquímicos; Dinâmica das populações. Licenciamento ambiental e EIA/RIMA: Procedimentos para o licenciamento ambiental; EIA/RIMA: critérios para sua exigência, métodos de elaboração, etapas de elaboração. Planejamento e Resposta a Emergências: Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - P2R2. (Decreto federal 5.098/2004 e suas alterações); Resolução CONAMA 398/2008 e suas alterações; Plano de Ação de Emergência: Conceitos, Roteiro para Elaboração; Sistema de comando de incidentes: Princípios, funções, estrutura e recursos.

Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade da Bahia: Lei Estadual nº 10.431/2006, e suas alterações e o Decreto Estadual nº 11.235/2008. 2.3 A Política Estadual de Recursos Hídricos: Lei Estadual nº 11.612/2009 e suas alterações.

Legislação Ambiental: Leis Federais nº 6.938/1981 e suas alterações, nº 9.605/1998, nº 9.985/2000, nº 12.305/2010, nº 12.651/2012; Decreto Federal nº 7404/2010. Resoluções CONAMA nº 01/1986 e suas alterações, nº 237/1997, nº 303/2002, nº 357/2005, nº 369/2006, nº 396/2008, nº 420/2009, nº 430/2011 e nº 454/2012.

CARGO: ANALISTA TÉCNICO: GEOLOGIA

Conhecimentos Específicos: Tectônica e geologia estrutural aplicada ao Estado da Bahia. Tectônica e sedimentação. Classificação de bacias. Tensão e deformação: dobras e falhas. Estilos estruturais: distensional, transtensional, transpressional, transcorrente e compressional. Geologia e recursos minerais do Estado da Bahia; principais depósitos minerais do Estado da Bahia; mapeamento geológico-geotécnico; fatores que tornam viável um depósito mineral, princípios de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. Interpretação e análise de mapas e seções geológicas. Interpretação e análise de colunas estratigráficas. Caracterização de solos e rochas para fins de estudos e projetos de geologia, de engenharia e ambiental. Estratigrafia e Paleontologia. Geocronologia, cronoestratigrafia e correlação estratigráfica. Estratigrafia de sequências em bacias sedimentares. Paleoecologia e bioestratigrafia baseada em microfósseis. Sedimentologia. Geomorfologia: relevo, processos erosivos e assoreamento; principais características do relevo do Estado da Bahia. Noções de Pedologia: intemperismo, formação e classificação e perfis de solos; principais domínios pedológicos do Estado da Bahia; análise e remediação da contaminação do solo. Mapeamento de áreas de risco de movimentos de massa em encostas e identificação e descrição dos processos desencadeadores de tais movimentos. Geofísica aplicada: geofísica forense; geofísica de águas subterrâneas; perfuração geofísica; análise de sinais; métodos potenciais; métodos elétricos e eletromagnéticos; radiométricos. Geoquímica: métodos de levantamentos geoquímicos; geoquímica de isótopos estáveis e radiogênicos; técnicas analíticas de minerais e rochas. Geologia de engenharia: investigações geotécnicas de superfície e do subsolo; aplicações em fundações, estabilidade de taludes, perfuração de túneis e barragens; uso de solos e rochas como materiais de construção; riscos geológicos e impactos ambientais; mecânica das rochas; mecânica dos solos.

Noções básicas de Hidrogeologia: componentes do ciclo hidrológico e as relações água superficial versus água subterrânea; a ocorrência da água subterrânea, os diversos tipos de aquífero (intergranular, fissural e cárstico), suas características e propriedades e os principais parâmetros envolvidos (porosidade, porosidade efetiva, coeficiente de armazenamento etc); principais características de controle do fluxo da água subterrânea nos aquíferos (gradiente hidráulico, potenciometria) e os principais parâmetros envolvidos (condutividade hidráulica, transmissividade). Classificação e origem dos constituintes das águas subterrâneas. Características da água em diferentes litologias. Contaminação das águas subterrâneas. Origens e fontes de contaminação da água subterrânea. Modos de contaminação da água subterrânea. Principais tipos de contaminantes e fontes de contaminação. Vulnerabilidade de aquíferos. Padrões e os princípios de classificação das águas subterrâneas. As principais características das águas subterrâneas do Estado da Bahia (principais características dos maiores aquíferos baianos); Principais usos da água subterrânea no Estado da Bahia.

Poluição Ambiental: avaliação de dano e impacto ambiental; aspectos e impactos ambientais relacionados às atividades da agroindústria e da mineração; princípios e técnicas de caracterização e monitoramento ambiental; técnicas de coleta e preparo de amostras de solo e água; biomonitoramento passivo e ativo; gerenciamento de áreas impactadas: investigação e caracterização de áreas impactadas; conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impactadas; noções de valoração econômica de danos ambientais; ecotoxicologia, biomarcadores e noções de avaliação de risco ecológico; restauração ecológica e recuperação de áreas degradadas; noções remediação de áreas contaminadas por metais, compostos reduzidos de enxofre e hidrocarbonetos; Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade da Bahia: Lei Estadual nº 10.431/2006, e suas alterações e o Decreto Estadual nº 11.235/2008. 2.3 A Política Estadual de Recursos Hídricos: Lei Estadual nº 11.612/2009 e suas alterações.

Legislação Ambiental: Leis Federais nº 6.938/1981 e suas alterações, nº 9.605/1998, nº 9.985/2000, nº 12.651/2012. Resoluções CONAMA nº 01/1986 e suas alterações, nº 237/1997, nº 303/2002, nº 357/2005, nº 369/2006, nº 396/2008, nº 420/2009, nº 430/2011 e nº 454/2012.

CARGO: ANALISTA TÉCNICO: URBANISMO

Conhecimentos Específicos: Planejamento urbano: uso do solo, gestão urbana e seus instrumentos: plano diretor, análise de impactos ambientais, estudo de impacto de vizinhança e licenciamento ambiental aplicado às áreas urbanas. Desenvolvimento urbano, sustentabilidade ambiental e inclusão social. Controle da estrutura urbana na gestão das cidades. Reabilitação de áreas urbanas. Políticas públicas e intervenções em habitação. Modelos e tendências atuais na temática habitacional e urbana. Planejamento da mobilidade urbana, acessibilidade e sustentabilidade. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações e equipamentos urbanos. Planejamento estratégico e gestão de tráfego e circulação. Avaliação de projetos em transportes. Gestão da qualidade em transportes. Relações de desempenho entre sistemas de movimento-transporte e estruturas urbanas. Indicadores

urbanos e habitacionais. Projeto de urbanismo: métodos e técnicas de desenho e projeto urbano, noções de sistema cartográfico e de geoprocessamento, dimensionamento e programação de equipamentos públicos e comunitários; sistemas viários, sistemas de infraestrutura de parcelamentos urbanos: energia, pavimentação, saneamento ambiental.

Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade da Bahia: Lei Estadual nº 10.431/2006, e suas alterações e o Decreto Estadual nº 11.235/2008. Política Estadual de Recursos Hídricos: Lei Estadual nº 11.612/2009 e suas alterações.

Legislação aplicada: Leis Federais nº 6.769/1979, nº 6.938/1981 e suas alterações, nº 9.605/1998, nº 9.985/2000, nº 10.257/2001, nº 11.428/2006, nº 12.587/2012. Decreto Federal nº 6660/2008. Resoluções CONAMA nº 01/1986 e suas alterações, nº 237/1997, nº 303/2002, nº 369/2006, nº 412/2009.

CARGO: ANALISTA TÉCNICO: SISTEMAS (TODAS AS ÁREAS)

Conhecimentos Específicos: Inglês técnico: Interpretação de textos técnicos, Gramática para a compreensão de conteúdos semânticos. LibreOffice (versão 4 ou superior). Governança de Tecnologia da Informação: Conceitos básicos; planejamento estratégico; Balance Scorecard; gerência de portfólio; escritório de projetos: implantação, estrutura e funcionamento. COBIT 5: conceitos básicos, estrutura e objetivos, requisitos da informação, recursos de tecnologia da informação, domínios, processos e objetivos de controle. ITIL v.3: conceitos básicos, estrutura e objetivos; processos e funções de estratégia, desenho, transição, operação de serviços e melhoria contínua de serviços. Norma ISO 20000:2011. PMBOK 5ª edição: conceitos básicos, estrutura e objetivos; projetos e a organização; ciclo de vida de projeto e de produto; processos, grupos de processo e áreas de conhecimento. Contratação de Bens e Serviços de TI: aspectos específicos da contratação de bens e serviços de TI; elaboração de projetos básicos para contratação de bens e serviços de TI; acompanhamento de contratos de TI. Gerenciamento de processos de negócio (BPM). Modelagem de Processos de Negócio: Conceitos básicos, Identificação e delimitação de processos de negócio; Técnicas de mapeamento de processos (modelos AS-IS); Técnicas de análise e simulação de processos; Construção e mensuração de indicadores de processos; Técnicas de modelagem de processos (modelos TO-BE); Modelagem de processos; BPMN: notação, artefatos e atividades. Engenharia de Software: Conceitos gerais e disciplinas de engenharia de software. Ciclo de vida de software. Processos de desenvolvimento de software. Processo iterativo e incremental. Técnicas para planejamento e priorização incremental de escopo em projetos de software. Processos e práticas ágeis de desenvolvimento de software. Extreme Programming (XP). Domain-driven Design (DDD). Qualidade de software. Métricas e Tamanho de Software: medições e estimativas de software; análise por pontos de função (IFPUG/CPM 4.3 e NESMA). CMMI: Conceitos básicos, estrutura e objetivos, disciplinas e formas de representação, níveis de capacidade e maturidade, processos e categoria de processos; MPS-BR. Norma ISO12207:2008. Norma 15504-2.

Engenharia de Requisitos: Conceitos básicos; técnicas de eliciação de requisitos funcionais e não funcionais; gerenciamento de requisitos; especificação de requisitos; técnicas de validação de requisitos; prototipação. Análise e projeto orientado a objetos com UML; UML 2.0: Visão geral, modelos e diagramas; Modelagem orientada a objetos. Padrões de projeto. Engenharia de Usabilidade: Conceitos básicos, Critérios e recomendações, Análise de requisitos de usabilidade. Concepção, projeto e implementação de interfaces. Acessibilidade: recomendações de acessibilidade para construção e adaptação de conteúdo na internet. Usabilidade para aplicativos em dispositivos móveis. Arquitetura de Aplicações: Arquitetura de aplicações para ambiente web, Servidor de aplicações, Servidor web, Ambientes Internet, Extranet, Intranet e Portal - finalidades, características físicas e lógicas, aplicações e serviços. Arquitetura em três camadas, modelo MVC. Soluções de integração: Service-Oriented Architecture (SOA), web services e REST. Arquiteturas para desenvolvimento de aplicativos em dispositivos móveis. Computação na nuvem. Lógica de Programação: Construção de algoritmos; tipos de dados simples e estruturados; variáveis e constantes; comandos de atribuição, entrada e saída; avaliação de expressões; funções pré-definidas; conceito de bloco de comandos; estruturas de controle, seleção, repetição e desvio; operadores e expressões; passagem de parâmetros; recursividade; conceitos básicos de programação estruturada e orientada a objetos; métodos de ordenação, pesquisa e "hashing". Programação Orientada a Objetos: Conceitos básicos: classes, objetos, métodos, mensagens, sobrecarga, herança, polimorfismo, interfaces e pacotes; tratamento de exceção. Linguagens e Tecnologias de Programação: Linguagens de programação ASP.NET, Visual Basic (.NET), C#, PHP; AJAX; XML; Framework .NET 3.5 e 4.0; ASP; gerador de relatórios Crystal Report; Desenvolvimento de sistemas HTML/HTML 5, CSS 3.0, DHTML, XML/XSD; JSON, ORM Object-Relational Mapping; Acesso a dados (ADO.NET, LINQ, NHIBERNATE); NUnit, T-SQL, Web Services e SOAP; Arquitetura MVC, ferramentas de gerência de configuração; práticas ágeis: Integração contínua, Test-driven Development (TDD), Refactoring; Design Patterns. Sistemas de gestão de conteúdo. Testes: Conceitos: verificação e validação; tipos de teste (unidade, integração, sistema/funcional, aceitação, carga, desempenho, vulnerabilidade, usabilidade); Automatização de testes funcionais. Gestão de defeitos (Bugtracking); Mantis. Administração de Dados: Fundamentos, normalização de dados: conceitos, formas normais; esquema, tabelas, campos, registros, índices, chaves, relacionamentos, transação, triggers; SQL: conceitos e comandos; programação em banco de dados: stored procedures e funções; tipos de bancos de dados, propriedades ACID; arquitetura, modelos lógicos e representação física; modelo de

entidade-relacionamento (MER); organização de arquivos e métodos de acesso; linguagens de definição (DDL), manipulação (DML), controle (DCL) e transação (DTL) de dados em SGBDs relacionais. Inteligência de Negócio; Business Intelligence (BI); Processo de Data Warehousing; Data Warehouses e Data Marts; Arquiteturas e aplicações de Data Warehouse, business intelligence (BI); ETL, OLAP, Big Data, e Data Mining; Recuperação e visualização de dados; Integração de dados; Qualidade dos dados; técnicas de modelagem e otimização de bases de dados multidimensionais; cluster de banco de dados.

Administração de Banco de Dados Relacionais: Projeto e implantação de SGBDs relacionais; administração de usuários e perfis de acesso; controle de proteção, integridade e concorrência; backup e restauração de dados; tolerância a falhas e continuidade de operação; monitoração e otimização de desempenho; SQL Server (2008 e 2012), POSTGRES e MYSQL: Fundamentos, instalação, administração e configuração; performance e detecção de problemas. Reporting Service (SQL Server). Segurança da Informação: auditoria, código seguro: conceitos e técnicas; sistemas de criptografia e suas aplicações; assinatura e certificação digital; norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 (Análise/Avaliação e tratamento dos riscos; política de segurança da informação; gestão de ativos; controle de acessos; aquisição, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação; gestão da continuidade do negócio).